



Comissão de Gestão das Ações de Direito da Saúde

Justiça Federal da 3ª Região

Edição 7/2026 — Ciclo Setembro/Octubre 2026

MONITORAMENTO EM DIREITO DA SAÚDE

Período de Referência: Ciclo Setembro/Octubre 2026

COMO LER ESTA EDIÇÃO

SUS

Conteúdo do Sistema Único de Saúde — atos e demandas afetos à Justiça Federal (União, entes públicos, incorporação de tecnologias, fornecimento). Faixa lateral em azul institucional.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Conteúdo de saúde suplementar — atos da ANS e demandas relativas a planos e seguros privados de assistência à saúde, predominantemente afetas à Justiça Estadual. Faixa lateral em azul-marinho.

Cada ficha e cada bloco trazem o selo de âmbito, e a cor da faixa lateral acompanha o selo. A segregação por âmbito é meramente organizativa e não altera o caráter informativo da publicação.

NOTA DE TRANSPARÊNCIA E ISENÇÃO

Este relatório foi processado com suporte de Inteligência Artificial para análise de dados e estruturação normativa, submetido à revisão humana integral e validação técnica do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CGADS-3R Nº 1/2026. Apresenta, de forma objetiva e concisa, resumos de teses, precedentes e atos normativos de interesse da Justiça Federal e da Justiça Estadual. Possui caráter estritamente informativo e não vinculante, não constituindo repositório oficial de jurisprudência ou de atos administrativos; a citação final remete sempre à fonte primária oficial (Planalto, DOU, portais do STF, do STJ, da CONITEC, da ANS e da ANVISA), conforme o item 6.4 do Plano de Trabalho.

NESTA EDIÇÃO

Sumário Executivo	Visão geral
Jurisprudência (SUS · Suplementar)	4 STF · 1 STJ · acompanhamentos
E-NatJus / Evidências	1 revisão
Legislação e Atos Normativos	7 leis · atos MS · 6 CONITEC · RN 680
Iniciativas Institucionais	7 iniciativas
ANVISA	9 registros · medidas

1. Sumário Executivo

Jurisprudência. No Supremo Tribunal Federal, quatro julgados de interface com a saúde: ADI 7.864/DF (poder regulamentar dos Conselhos de Medicina; inconstitucionalidade parcial da Resolução CFM nº 2.434/2025), ADI 6.081/SC (financiamento do SUS e vício de iniciativa em repasse por duodécimos ao Fundo Estadual de Saúde), ADC 80/DF (gratuidade de justiça — presunção de hipossuficiência até R\$ 5.000, parâmetro processual para ações de saúde) e ADI

6.200/GO (proibição do amianto crisotila). No Superior Tribunal de Justiça, o REsp 2.089.439-SP (4ª Turma, Inf. 903) fixou que os índices da ANS para planos individuais não substituem o reajuste por sinistralidade em plano coletivo. Mantido o acompanhamento das afetações dos Temas 1.463 e 1.467 do STJ (saúde suplementar).

Evidências (e-NatJus). Uma revisão sistemática nova no período — alfassebelipase para a doença de Wolman (ID 166), com certeza GRADE muito baixa, sem incorporação ao SUS nem ao rol da ANS — parâmetro técnico para pedidos de doença ultrarrara de altíssimo custo.

Legislação. Sete leis federais, com destaque para a Lei nº 15.524/2026 (Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, que acrescenta multa diária à Lei nº 9.782/1999). Registra-se a confirmação da vigência da Lei nº 15.484/2026 (relevância no recurso especial) desde 03/09/2026.

Atos do Executivo. No Ministério da Saúde, portarias sobre financiamento do SUS em 2027 (GM/MS nº 12.252, em diálogo com a ADPF 854), política de transplantes, população quilombola, reconstrução mamária, cuidados paliativos e CEAF. A CONITEC incorporou quatro tecnologias (carbonato de lítio LP, cirurgia antiglaucomatosa por via angular, rituximabe no pênfigo vulgar e OCT no diagnóstico de glaucoma de ângulo fechado) e não incorporou outras duas, mantendo a não incorporação do burosumabe (Despacho GM/MS nº 88) e do nusinersena para AME 5q tipo 3 deambulantes (Relatório nº 1063). Na saúde suplementar, a RN nº 680/2026 atualizou o Rol (cinco tecnologias, vigência 01/10/2026), com cobertura de mamografia digital sem limite de idade e de DIU hormonal para endometriose.

Iniciativas institucionais. Resultado preliminar da 4ª edição do Prêmio Justiça e Saúde (Fonajus/CNJ), anúncio do V Congresso do Fonajus (5–6/11, Rio de Janeiro). Na ANVISA, registros de novos medicamentos e vacinas, medidas sanitárias e nova etapa do SNCR a partir de 30/09/2026.

Fontes. Citação às fontes primárias oficiais (Planalto, DOU, portais do STF, do STJ, da CONITEC, da ANS e da ANVISA), conforme o item 6.4 do Plano de Trabalho.

2. Jurisprudência

2.1 Jurisprudência SUS

Supremo Tribunal Federal (STF)

SUS JURISPRUDÊNCIA — STF · ADI 7.864/DF	
ADI 7.864/DF — STF, Plenário — Rel. Min. Flávio Dino — j. 21/08/2026 (Inf. 1.227)	
<i>Poder regulamentar dos Conselhos de Medicina; inconstitucionalidade parcial da Resolução CFM nº 2.434/2025.</i>	
Órgão Julgador	STF — Plenário
Relator	Min. Flávio Dino
Tese	Os Conselhos de Medicina podem fiscalizar aspectos éticos e técnicos do ato médico praticado por estudante sob supervisão, mas não lhes cabe interferir na organização das instituições de ensino nem criar sanções sem previsão legal. Declarada inconstitucional parte da Resolução CFM nº 2.434/2025 (remuneração de coordenadores; "interdição ética" de campos de estágio; vedação de convênios com instituições estrangeiras).
Repercussão	Parâmetro para demandas sobre a atuação dos Conselhos de Medicina e a regulação do ensino e do exercício profissional (item II das instruções do Grupo de Trabalho).
Fonte	STF — Informativo nº 1.227

SUS JURISPRUDÊNCIA — STF · ADI 6.081/SC	
ADI 6.081/SC — STF, Plenário — Rel. Min. Cristiano Zanin — j. 28/08/2026 (Inf. 1.228)	

Financiamento do SUS: repasse de recursos da saúde por duodécimos ao Fundo Estadual de Saúde.

Órgão Julgador	STF — Plenário
Relator	Min. Cristiano Zanin
Tese	Inconstitucional lei estadual de iniciativa parlamentar que obriga o Executivo a repassar, por duodécimos e até o 15º dia de cada mês, ao Fundo Estadual de Saúde, os recursos da saúde previstos na LOA — vício de iniciativa e ofensa à competência da União (art. 198 da CF; LC 141/2012, já com a redação da LC 227/2026).
Repercussão	Parâmetro para demandas sobre financiamento e mínimo constitucional em saúde; dialoga com a Portaria GM/MS nº 12.252/2026 (execução de emendas ao SUS).
Fonte	STF — Informativo nº 1.228

SUS JURISPRUDÊNCIA — STF · ADC 80/DF

ADC 80/DF — STF, Plenário — Red. Min. Gilmar Mendes — j. 03/09/2026 (Inf. 1.228)

Gratuidade de justiça: presunção relativa de hipossuficiência para renda até R\$ 5.000.

Órgão Julgador	STF — Plenário
Relator	Red. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes
Tese	Presunção relativa de hipossuficiência para quem recebe até R\$ 5.000 (parâmetro da Lei nº 15.270/2025), estendida a todos os ramos do Judiciário; acima desse patamar, exige-se comprovação. Efeitos ex nunc.
Repercussão	Parâmetro processual para autores de ações de saúde; dialoga com o julgado de gratuidade a paciente oncológico (Inf. STJ 896, Edição 6).
Fonte	STF — Informativo nº 1.228

SUS JURISPRUDÊNCIA — STF · ADI 6.200/GO

ADI 6.200/GO — STF, Plenário — Rel. Min. Alexandre de Moraes — j. 18/09/2026 (Inf. 1.230)

Amianto crisotila: inconstitucionalidade de lei estadual que autorizava extração e beneficiamento.

Órgão Julgador	STF — Plenário
Relator	Min. Alexandre de Moraes
Tese	Inconstitucional a Lei de Goiás nº 20.514/2019, que autorizava a extração e o beneficiamento do amianto crisotila para exportação — ofensa à proteção da saúde, do trabalho e do meio ambiente; reafirmada a proibição nacional (ADI 3.470 e ADI 3.937).
Repercussão	Interface com vigilância sanitária e saúde do trabalhador.
Fonte	STF — Informativo nº 1.230

Superior Tribunal de Justiça (STJ) — âmbito SUS

NOTA — STJ | ÂMBITO SUS

Nos Informativos STJ nº 900 a 903 não se identificou tese de mérito sobre fornecimento ou dispensação de tecnologias no âmbito do SUS. Registra-se, para triagem, o REsp 1.537.571-SP (2ª Turma, Inf. 900): a ausência de advertência sobre a tolerância de variação de até 20% nos valores nutricionais não viola o dever de informação (CDC, art. 6º) — interface com

vigilância sanitária. A subseção é mantida para preservar a comparabilidade entre as edições.

2.2 Jurisprudência **SAÚDE SUPLEMENTAR**

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

SAÚDE SUPLEMENTAR JURISPRUDÊNCIA — STJ · RESP 2.089.439-SP REsp 2.089.439-SP — STJ, 4ª Turma — Rel. Min. João Otávio de Noronha — Inf. 903 (29/09/2026) <i>Planos coletivos: reajuste por sinistralidade e cálculo atuarial.</i>	
Órgão Julgador	STJ — Quarta Turma
Relator	Min. João Otávio de Noronha
Tese	Os índices anuais da ANS para planos individuais não substituem o reajuste por sinistralidade em plano coletivo; reconhecida a abusividade, o percentual é apurado por cálculo atuarial na fase de cumprimento de sentença.
Repercussão	Parâmetro para litígios de reajuste em planos coletivos (saúde suplementar), predominantemente na Justiça Estadual.
Fonte	STJ — Informativo nº 903 (PDF)

ACOMPANHAMENTO — TEMAS REPETITIVOS (STJ)

Temas 1.463 e 1.467 (afetados em 30/06/2026): musicoterapia no transtorno do espectro autista (TEA) e mora da operadora equiparada à recusa de cobertura. Sem julgamento de mérito até o fechamento do ciclo. Mantido o acompanhamento.

Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça

CURADORIA MEDIANTE CONTRIBUIÇÃO — TRFS E TJS

A curadoria desta seção é realizada mediante contribuição. Encaminhe julgados e iniciativas ao Grupo de Trabalho em Direito da Saúde — TRF3.

Informativos da semana do fechamento (06/10/2026): o STF nº 1.231 (divulgado em 05/10) e o STJ nº 904 (divulgado em 06/10) foram triados e não trazem julgado com interface em Direito da Saúde.

3. E-NatJus / Evidências Técnico-Científicas

E-NATJUS — REVISÕES SISTEMÁTICAS

Listagem conferida na Área Pública do e-NatJus. Uma revisão nova no período; casimersena (ID 165) e volanesorsena (ID 164) já constaram da Edição 6.

SUS REVISÃO SISTEMÁTICA E-NATJUS — ID 166 (NATS/NEV-HSL)

Alfassebelipase (Kanuma®) — doença de Wolman — disponibilizada em 23/09/2026

Terapia de reposição enzimática na deficiência de lipase ácida lisossomal de início precoce; certeza GRADE muito baixa.

Tecnologia	Alfassebelipase (Kanuma®) — registro ativo na ANVISA (venc. 2027)
Condição	Deficiência de lipase ácida lisossomal de início precoce (doença de Wolman)
Evidência	Base: um coorte retrospectivo francês (n=17), seguimento de 14 anos. Certeza GRADE muito baixa para mortalidade e hospitalização; função hepática, estado nutricional e eventos adversos não avaliados.
Situação SUS/ANS	Sem incorporação ao SUS nem no rol da ANS.
Repercussão	Parâmetro técnico para pedidos de fornecimento em doença ultrarrara de altíssimo custo.
Fonte	e-NatJus — documento (download) · Área Pública — listagem

4. Legislação e Atos Normativos

4.1 Legislação Federal e Estadual SUS

SUS SAÚDE SUPLEMENTAR LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.524/2026	
Lei nº 15.524/2026 — 28/09/2026 (DOU 29/09/2026)	
<i>Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada.</i>	
Objeto	A ANVISA fixa padrões de qualidade (segurança do paciente, recursos suficientes, equidade e cumprimento de normas ANVISA/ANS), com a acreditação como elemento de análise; aplica-se também a estabelecimentos públicos (art. 6º).
Sanção	Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 9.782/1999: multa diária de R\$ 5.000,00, elevável até 100 vezes.
Vigência	Imediata.
Fonte	Planalto — Lei nº 15.524/2026

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.505/2026	
Lei nº 15.505/2026 — 15/09/2026 (DOU Extra 15/09/2026)	
<i>Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose (LAM).</i>	
Objeto	Capacitação, centros de referência, registro nacional de casos e acesso a tratamentos disponíveis no SUS. Origem: PL 5.238/2025.
Fonte	Planalto — Lei nº 15.505/2026

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.516/2026	
Lei nº 15.516/2026 — 22/09/2026 (DOU 23/09/2026)	
<i>Protocolo Intersectorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência; altera a Lei nº 12.845/2013.</i>	
Objeto	Atendimento obrigatório a vítimas de violência sexual: coleta de material, preservação de provas, perfil genético e notificação. Veto parcial (Mensagem nº 771).
Fonte	Planalto — Lei nº 15.516/2026

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.494/2026 (REMANESCENTE DA ED. 6)	
Lei nº 15.494/2026 — 02/09/2026 (DOU 03/09/2026)	

Trombolíticos nas urgências cardiovasculares do SUS (altera a Lei nº 14.747/2023).

Objeto Prevê protocolos de atendimento às urgências cardiovasculares no SUS, com trombolíticos nas unidades de urgência, inclusive UPAs; portaria institui comitê de acompanhamento (AVC/IAM).

Fonte [Planalto — Lei nº 15.494/2026](#) · [MS — notícia](#)

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.484/2026 (ATUALIZAÇÃO)

Lei nº 15.484/2026 — DOU 04/08/2026 — vigência confirmada

Relevância no recurso especial: vigência desde 03/09/2026.

Atualização A Edição 6 registrou "vigência prevista para setembro de 2026". O texto oficial (art. 7º) confirma vigência 30 dias após a publicação — em vigor desde 03/09/2026.

Fonte [Planalto — Lei nº 15.484/2026](#)

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.513/2026

Lei nº 15.513/2026 — 22/09/2026 (DOU 23/09/2026)

Prorroga a dedução do IR para doações ao PRONON e ao PRONAS/PCD.

Objeto Altera os arts. 2º a 4º da Lei nº 12.715/2012.

Fonte [Planalto — Lei nº 15.513/2026](#)

SUS LEGISLAÇÃO FEDERAL · LEI Nº 15.519/2026

Lei nº 15.519/2026 — 22/09/2026

Exercício da atividade de psicopedagogia (VET 54/2026).

Objeto Regulamenta o exercício da psicopedagogia.

Fonte [Planalto — Lei nº 15.519/2026](#)

4.2 Ministério da Saúde **SUS**

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.252/2026

Portaria GM/MS nº 12.252/2026 — 29/09/2026 (DOU 30/09/2026)

Regras de execução, em 2027, das emendas parlamentares que destinam recursos ao SUS.

Objeto Emendas individuais (RP6), de bancada (RP7) e de comissão (RP8); incorpora a Portaria Conjunta MPO/MGI/SRI-PR nº 3/2026 e as exigências de transparência e rastreabilidade da ADPF 854 (compatibilidade com o Plano de Saúde/PAS).

Repercussão Financiamento do SUS; dialoga com a ADI 6.081/SC (repasses).

Fonte [DOU — Portaria GM/MS nº 12.252/2026](#)

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.167/2026

Portaria GM/MS nº 12.167/2026 — 15/09/2026 (DOU Edição Extra 17/09/2026)

Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ).

Objeto Institui a PNASQ (Anexo XLIII da PRC nº 2/2017); Plano Operativo Nacional em até 180 dias; sem

	transferência automática de recursos.
Fonte	DOU — Portaria GM/MS nº 12.167/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.244/2026 Portaria GM/MS nº 12.244/2026 — 25/09/2026 <i>Prorroga a entrada em vigor da Política Nacional de Doação e Transplantes.</i>	
Objeto	Prorroga por 100 dias, a contar de 22/09/2026, a entrada em vigor da Portaria GM/MS nº 8.041/2025 (Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes).
Fonte	DOU — Portaria GM/MS nº 12.244/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.254/2026 Portaria GM/MS nº 12.254/2026 — 30/09/2026 <i>Reconstrução mamária na Tabela SUS (altera a Portaria GM/MS nº 11.387/2026).</i>	
Objeto	Exclui, inclui e altera procedimentos de cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Relevante para cobertura de reconstrução mamária pós-oncológica.
Fonte	DOU — Portaria GM/MS nº 12.254/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 75/2026 Portaria Conjunta SAES/SCTIE nº 75/2026 — 31/08/2026 (divulgada 15/09/2026) <i>Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) na Tabela SUS.</i>	
Objeto	Altera procedimentos do CEAF. Paralelo com a Portaria Conjunta nº 68 noticiada na Edição 6.
Fonte	DOU — Portaria Conjunta SAES/SCTIE nº 75/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA SAES/MS Nº 4.965/2026 Portaria SAES/MS nº 4.965/2026 — 21/09/2026 (publicada 30/09/2026) <i>Cuidados paliativos na Tabela SUS (PNCP).</i>	
Objeto	Altera atributos de procedimentos relacionados à Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP).
Fonte	DOU — Portaria SAES/MS nº 4.965/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.174/2026 Portaria GM/MS nº 12.174/2026 — 21/09/2026 <i>Programa Agora Tem Especialistas — limites financeiros por UF (2026).</i>	
Objeto	Altera limites financeiros por UF dos componentes ambulatorial e cirúrgico.
Fonte	DOU — Portaria GM/MS nº 12.174/2026

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIA GM/MS Nº 12.137/2026 Portaria GM/MS nº 12.137/2026 — 17/09/2026	
---	--

Rede Vigidesastres (altera a PRC nº 5/2017).

Objeto Institui a Rede Vigidesastres; substitui a Portaria nº 4.185/2022.

Fonte [DOU — Portaria GM/MS nº 12.137/2026](#)

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PORTARIAS SAES/MS 4.960, 4.904 E 4.857

Portarias SAES/MS nº 4.960, 4.904 e 4.857 — 14 a 18/09/2026

Ajustes na Tabela SUS/CNES.

Objeto Dermatoscopia e teledermatologia (4.960); veículos para transporte de pacientes em radioterapia e hemodiálise (4.904); atributos de procedimentos (4.857).

Fonte [DOU — Portaria SAES/MS nº 4.960/2026](#) · [DOU — Portaria SAES/MS nº 4.904/2026](#) · [DOU — Portaria SAES/MS nº 4.857/2026](#)

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · PEDIDO À CONITEC — CANETAS GLP-1

Pedido de incorporação — 24/09/2026

Semaglutida/liraglutida (sem patente) para obesidade.

Objeto O MS protocolou na CONITEC pedido de avaliação de semaglutida ou liraglutida (sem patente) para obesidade; 25 produtos registrados (14 em 2026); estimativa de R\$ 1,5 bilhão/ano.

Fonte [MS — pedido à CONITEC](#)

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · AF-ONCO (REMANESCENTE DA ED. 6)

AF-Onco — priorização de tecnologias — CIT 27/08/2026 (notícia 02/09/2026)

Regulamentação do Componente da Assistência Farmacêutica em Oncologia.

Objeto Priorização tripartite de tecnologias incorporada ao Cap. II da Portaria GM/MS nº 8.477/2025. Sem portaria autônoma de priorização no período; matéria pactuada na CIT de 27/08 e operacionalizada por portarias já mapeadas.

Fonte [MS — notícia](#)

SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE · VACINA PNEUMOCÓCICA 20-VALENTE

Oferta no SUS — 14/09/2026

Pneumo20 para pessoas com 85 anos ou mais.

Objeto Oferta no SUS para pessoas com 85 anos ou mais (≈ 2,3 milhões).

Fonte [MS — notícia](#)

NOTA DE APOIO — ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) · DJUD/SE/MS

Planilha oficial do DJUD (Secretaria-Executiva/MS), setor que gerencia as demandas judiciais individuais de aquisição pela União. Lista nº da ARP, princípio ativo, valor unitário, empresa e vigência — fonte primária de preço de referência da União para impacto orçamentário e razoabilidade/economicidade em demandas de alto custo (dialoga com o Tema 1.234/STF). Planilha temporariamente indisponível no portal do DJUD em 07/10/2026. [Departamento de Gestão das Demandas em Judicialização na Saúde.](#)

REGISTRO ADMINISTRATIVO — PORTARIA SAES/MS Nº 4.938/2026 (REPUBLICAÇÃO)

Inclusão de procedimentos (OPME) na Tabela SUS; apenas republicada no intervalo (DOU 02/10/2026). O título do CONASS Informa nº 197/2026 cita "SAES 4.936"; o corpo do ato é a Portaria SAES/MS nº 4.938 — número conferido no DOU. [DOU — Portaria SAES/MS nº 4.938/2026](#).

4.3 Portarias SCTIE/MS — CONITEC **Portarias de incorporação (SCTIE/MS)**

Ato / DOU	Tecnologia	Indicação	Decisão	Relatório
SCTIE/MS nº 56 14/09 (DOU 17/09)	Carbonato de lítio de liberação prolongada 450 mg	Transtorno bipolar	INCORPORA	RR 1.128
SCTIE/MS nº 57 14/09 (DOU 17/09)	Cirurgia antiglaucomatosa por via angular durante facectomia com LIO	Catarata e glaucoma primário de ângulo aberto com dano inicial/moderado	INCORPORA	RR 1.138
SCTIE/MS nº 58 28/09 (DOU 29/09)	Rituximabe	Adultos com pênfigo vulgar moderado a grave	INCORPORA	RR 1.127
SCTIE/MS nº 60 28/09 (DOU 29/09)	Tomografia de coerência óptica (OCT)	Diagnóstico de glaucoma primário de ângulo fechado	INCORPORA	RR 1.136
SCTIE/MS nº 59 28/09 (DOU 29/09)	Sensor pré-calibrado para monitorização hemodinâmica minimamente invasiva	Cirurgias de grande porte não cardíacas e de alto risco	NÃO INCORPORA	RR 1.135
SCTIE/MS nº 61 28/09 (DOU 29/09)	Tomografia de coerência óptica (OCT)	Monitoramento de glaucoma primário de ângulo aberto e fechado	NÃO INCORPORA	RR 1.137
Despacho GM/MS nº 88 28/09 (DOU 29/09)	Burosumabe (recurso da Ultragenyx)	Adultos com hipofosfatemia ligada ao X	MANTIDA NÃO INCORPORAÇÃO	DOU 29/09 · NT 435/2025
RR 1.063 portal 02/10	Nusinersena	AME 5q tipo 3, pacientes deambulantes	NÃO INCORPORA (recom. final)	RR 1.063

NOTA — BUROSUMABE E NUSINERSENA (ALTA LITIGIOSIDADE)

O Despacho GM/MS nº 88/2026 indeferiu o recurso e manteve a não incorporação do burosumabe (Portaria SECTICS/MS nº 36/2025; fundamento na NT nº 435/2025). O Relatório de Recomendação nº 1063 (nusinersena, AME 5q tipo 3 deambulantes) teve recomendação final desfavorável deliberada na 147ª Reunião Ordinária (08/12/2025) e foi disponibilizado no portal em 02/10/2026; monitorar a formalização por portaria da SECTICS e eventual reflexo em demandas judiciais. O link do Despacho nº 88 abre a página do DOU de 29/09/2026 que o contém; o endereço, porém, nomeia e destaca outro ato (Portaria SCTIE/MS nº 58).

Consultas públicas abertas

CP	Data	Objeto
94/2026	14/09	Atualização do PCDT da Dislipidemia e Prevenção de Eventos Cardiovasculares Ateroscleróticos
95/2026	14/09	Atualização do PCDT da Dor Crônica
96/2026	14/09	Resfriamento do couro cabeludo — alopecia induzida por quimioterapia (câncer de mama)
97/2026	28/09	Risedronato sódico de liberação retardada — osteoporose em mulheres ≥ 70 anos
98/2026	28/09	Atualização do PCDT da Hepatite B e Coinfecções
99/2026	28/09	PCR multiplex rápido — sepse/infecção de corrente sanguínea em UTI
100/2026	28/09	Atualização do PCDT do Câncer de Pulmão
101/2026	28/09 (republ. 30/09)	Incorporação da omaveloxolona — Ataxia de Friedreich
102/2026	01/10 (DOU 02/10)	Classificação de risco de agentes biológicos — biossegurança

OUTROS REGISTROS — CONITEC

Ata da 154ª Reunião (08/09/2026); II Workshop Internacional de ATS para Doenças Ultrarraras (16–17/09); oficina MS–NICE sobre negociação de preços (24/09). [Ata 154ª](#) · [Workshop](#).

NOTA DE APOIO — PAINEL POWER BI "RECOMENDAÇÕES DA CONITEC"

Painel oficial do DGITS/SCTIE/MS, atualizado diariamente (1.251 registros): mapeia Tecnologia → Indicação → Relatório → Recomendação Final → Decisão do MS → Portaria → Data de Publicação. Útil para confirmar o número da portaria e cruzar recomendação↔ato↔decisão. [Abrir painel](#).

4.4 ANS SAÚDE SUPLEMENTAR

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · RN Nº 680/2026 — ATUALIZAÇÃO DO ROL

Resolução Normativa ANS nº 680/2026 — DOU 22/09/2026 — vigência 01/10/2026

Atualização do Rol: cinco tecnologias (643ª DICOL, 18/09/2026).

Objeto	Formaliza a atualização aprovada na 643ª DICOL; altera a RN 465/2021 (Lei nº 14.307/2022). Tecnologias: anfotericina B lipossomal — leishmaniose visceral (DUT 158); rituximabe — manutenção em vasculite ANCA (DUT 65.17); adalimumabe — uveíte não infecciosa pediátrica (DUT 65.12); DIU/SIU hormonal (nova DUT 175); elastografia hepática — colangite biliar primária (DUT 119).
Desdobramento (01/10)	Entrada em vigor com cobertura obrigatória de DIU hormonal para endometriose.
Fonte	RN nº 680/2026 (DOU 22/09/2026) · ANS — notícia · 643ª DICOL

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · MAMOGRAFIA DIGITAL SEM LIMITE DE IDADE (ATUALIZAÇÃO DA ED. 6)

Aprovação em 03/09/2026 — vigência 01/10/2026

Exclusão da DUT; cobertura conforme prescrição.

Objeto	Cobertura de mamografia digital sem a faixa de 40 a 69 anos, conforme prescrição. A Edição 6 noticiou a submissão à DICOL.
Fonte	ANS — notícia

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · CONSULTA PÚBLICA 177 / AUDIÊNCIA PÚBLICA 69

CP 177 (09–28/09/2026) · AP 69 (16/09/2026)

Modulação da contratilidade cardíaca e teste de 21 genes (câncer de mama).

Objeto	Modulação da contratilidade cardíaca (IC NYHA III–IV) e teste de 21 genes (câncer de mama inicial RH+/HER2–), com recomendação preliminar desfavorável.
Fonte	CP 177 · AP 69

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · CONSULTA PÚBLICA 176

CP 176 (21/09–10/10/2026)

Sequenciamento completo do exoma (DUT 110.39).

Objeto	Deficiência intelectual ou atraso global do desenvolvimento de causa indeterminada.
Fonte	CP 176

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · 55ª REUNIÃO DA COSAÚDE

55ª Cosaúde — 23/09/2026

Discussão preliminar de tecnologias e análise de participação social.

Objeto	Cabozantinibe (tumores neuroendócrinos) e somatrogona (deficiência de GH, 3–18 anos). Criobiópsia (DPI) e colangioscopia com litotripsia seguem à DICOL.
Fonte	ANS — Cosaúde

SUS SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · MAPA DO RESSARCIMENTO AO SUS (9ª EDIÇÃO)

9ª edição — 08/09/2026

Uso do SUS por beneficiários de planos.

Dados	8,88 atendimentos por mil em 2024; planos coletivos empresariais de 6,25 (2021) para 8,20 (2024).
Fonte	ANS — notícia

SAÚDE SUPLEMENTAR ANS · DIRETORIA COLEGIADA — NOVA COMPOSIÇÃO

28/09/2026

Designações interinas (Portaria de Pessoal nº 273).

Objeto	Designações interinas para DIOPE, DIGES e DIFIS.
--------	--

Fonte

[ANS — notícia](#)

5. Iniciativas Institucionais e Boas Práticas

5.1 STF e CNJ

SUS **SAÚDE SUPLEMENTAR** CNJ/FONAJUS · PRÊMIO JUSTIÇA E SAÚDE — 4ª EDIÇÃO

Resultado preliminar — 25/09/2026 (Portaria CNJ nº 187/2026)

Práticas vencedoras nos Eixos I e II; recursos até 02/10/2026.

Eixo I	Juiz: Cejusc da Saúde (TJGO); Tribunal: "Diálogos Interinstitucionais e Técnicas Estruturais na Judicialização da Saúde" (TRF4); Sistema de Justiça: Rede Justiça & Saúde (OAB/DF — Águas Claras); Poder Público: Observatório Capixaba de Direito à Saúde (SES/ES); Empresas e Sociedade Civil: Ecossistema de Defesa da Ética na Saúde Suplementar (Andess).
Eixo II	Juiz e Tribunal: TJRS ("Cumprimento de Saúde na Fazendinha" e "Orçamentos pelo PMVG"); Sistema de Justiça: "Resgatando Direitos em Saúde Mental" (DPE-MS); Poder Público: Ouvidoria do SUS de Rio Branco/AC.
Observação	Lista final sujeita a confirmação após o julgamento dos recursos (prazo encerrado em 02/10/2026).
Fonte	CNJ — vencedores (4ª edição)

SUS **SAÚDE SUPLEMENTAR** CNJ/FONAJUS · V CONGRESSO DO FONAJUS

Anúncio 23/09/2026 — evento 5–6/11/2026 — TJRJ (Rio de Janeiro)

V Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde.

Objeto	Inovação e futuro da saúde, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ); inscrições abertas (vagas limitadas). Evento de referência para o próximo ciclo; monitorar programação.
Fonte	CNJ — V Congresso do Fonajus (agenda) · Notícia CNJ

5.2 TRFs e TJs

CURADORIA MEDIANTE CONTRIBUIÇÃO — INICIATIVAS DE TRFs E TJs

A curadoria desta seção é realizada mediante contribuição. Encaminhe iniciativas e boas práticas de TRFs e TJs ao Grupo de Trabalho em Direito da Saúde — TRF3.

5.3 CONASS · Comitês de Saúde · Fonajus

SUS CNJ/FONAJUS · FONAJUS ITINERANTE — RIO GRANDE DO NORTE

16–17/09/2026

Nova edição do Fonajus Itinerante (sucede a 19ª, em Porto Velho/RO).

Objeto	Com a conselheira Daiane Nogueira de Lira; diálogo sobre judicialização da saúde no RN.
Fonte	CNJ — Fonajus Itinerante (RN)

SUS CONASS · PROPOSTAS PARA A SAÚDE DO BRASIL 2027–2030

22/09/2026

Documento de propostas para o próximo ciclo de governo.

Objeto	Propostas do CONASS; oficinas regionais da Política Nacional de Cuidados Paliativos (Sul, 17/09; Norte, 29/09).
Fonte	CONASS — propostas 2027–2030 · CONASS — cuidados paliativos

SUS INSTITUTO CONSENSO · FÓRUM INTERNACIONAL

Publicação 23/09/2026

Registro sanitário, preço e incorporação de tecnologias.

Objeto	Integração entre registro sanitário, preço e incorporação; intervalo de 5 a 6 anos entre registro e avaliação pela CONITEC; participação do Min. Gilmar Mendes (Tema 1.234). Revista Consenso, 2ª edição (21/09).
Fonte	Fórum Internacional · Revista Consenso (2ª ed.)

SUS SAÚDE SUPLEMENTAR CFM · RESOLUÇÃO Nº 2.471/2026

Resolução CFM nº 2.471/2026 — 21/08/2026 (DOU 17/09/2026)

Requisitos mínimos de segurança para sedação em regime ambulatorial.

Objeto	Fixa requisitos mínimos de segurança para a sedação ambulatorial (item II das instruções do Grupo de Trabalho — Conselhos de Medicina).
Fonte	Resolução CFM nº 2.471/2026 (PDF)

SUS SAÚDE SUPLEMENTAR CFM · RESOLUÇÕES Nº 2.469 E 2.470/2026 (REMANESCENTES DA ED. 6)

Resoluções CFM nº 2.469/2026 (DOU 01/09) e 2.470/2026 (DOU 24/08)

Comissões de Revisão de Óbito e equipe mínima em cirurgia bariátrica.

Objeto	Comissões de Revisão de Óbito obrigatórias em hospitais e UPAs (2.469); endocrinologista na equipe mínima da cirurgia bariátrica (2.470).
Fonte	Resolução nº 2.469/2026 · Resolução nº 2.470/2026

6. ANVISA — Novos Registros e Indicações

Novos registros e indicações

Medicamento	Data / ato	Indicação	Fonte
Etcamah® (camizestranto)	21/09/2026	Câncer de mama avançado RH+/HER2– com mutação ESR1 (com inibidor de CDK4/6)	ANVISA — página do medicamento
Yorvipath® (palopegteriparatida)	22/09 · Res. 3.645/2026	Hipoparatiroidismo crônico em adultos	ANVISA — página do medicamento
Kyinsu (insulina icodeca + semaglutida)	28/09 · Res. 3.790/2026	Diabetes tipo 2 (administração semanal)	ANVISA — página do medicamento

Capvaxive (vacina pneumocócica 21-valente)	28/09 · Res. 3.790/2026	Doença invasiva e pneumonia pneumocócica em adultos ≥ 18 anos	ANVISA — página do medicamento
Trodelvy® (sacituzumabe govitecana)	09/09 · Res. 3.448/2026	Novas indicações: 1ª linha de câncer de mama triplo-negativo	ANVISA — notícia
Voraxaze (glucarpidase)	08/09 · Res. 3.448/2026	Toxicidade por metotrexato; uso pediátrico > 28 dias	ANVISA — notícia
Aquipta (atogepanto)	08/09 · Res. 3.458/2026	Prevenção de enxaqueca episódica e crônica	ANVISA — notícia
Liraglutida (2 genéricos)	08/09 · Res. 3.458/2026	Genéricos de Olire (obesidade) e Lirux (diabetes tipo 2)	ANVISA — notícia
MenQuadfi (meningocócica ACWY)	08/09 · Res. 3.448/2026	Ampliação de uso a partir de 6 semanas de idade	ANVISA — notícia

Medidas sanitárias e regulatórias

SUS ANVISA · OCREVUS® — LOTES IRREGULARES 25/09/2026 · Res. 3.751/2026 <i>Apreensão de lotes de ocrelizumabe 300 mg.</i>	
Objeto	Apreensão de dois lotes distribuídos por empresa sem AFE ativa. Interface com cumprimento de decisões judiciais (aquisição/dispensação).
Fonte	ANVISA — notícia

SUS ANVISA · SNCR — NOVA ETAPA A partir de 30/09/2026 <i>Sistema Nacional de Controle de Receituários.</i>	
Objeto	Emissão eletrônica das Notificações de Receita (azul e amarela), com QR Code.
Fonte	ANVISA — notícia

SUS SAÚDE SUPLEMENTAR ANVISA · CANETAS EMAGRECEDORAS IRREGULARES 16/09 e 25/09/2026 <i>Proibições e alerta sobre manipulação.</i>	
Objeto	Proibição da caneta T36 e da propaganda da caneta Semavy; alerta sobre manipulação caseira de tirzepatida (23/09).
Fonte	T36 · Semavy

SUS ANVISA · TYG 50 MG — INTERDIÇÃO CAUTELAR 11/09/2026 · Res. 3.456/2026 <i>Antibiótico intravenoso; suspeita de desvio de qualidade (lote 2604940).</i>	
Objeto	Interdição cautelar por suspeita de desvio de qualidade.
Fonte	ANVISA — notícia

18ª REUNIÃO PÚBLICA DA DICOL/ANVISA — 30/09/2026

Processos deliberados: recursos administrativos sanitários e consultas de RDC sobre aditivos alimentares (RDC 88 e 90/2016) e tabaco. Sem RDC/IN com interface direta com a judicialização da saúde no período. [Processos deliberados](#).

— Fim do Monitoramento em Direito da Saúde — Edição 7/2026 —
Grupo de Trabalho em Direito da Saúde · TRF3 · Ciclo Setembro/Outubro 2026